

Português brasileiro: raízes e trajetórias (Para a construção de uma história)

Lembrando, L. F. Lindley Cintra, Celso F. da Cunha,
Fernando Tarallo, Ada Natal Rodrigues
(todos contribuíram para essa história)

1. Abertura

As reflexões que seguem pretendem apenas ser um convite para a construção da história do português brasileiro, obra que não pode deixar de ser coletiva e conjuntamente sonhada. E todos sabemos, o Poeta Pessoa nos ensinou, que sem antes sonhar a obra não nasce, Deus (e, neste caso, nós brasileiros) querendo.

Passados quase cinco séculos está ainda por ser reconstruído, com o detalhamento possível, o processo do encontro, politicamente assimétrico, entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro as africanas, depois as línguas de imigrantes, que tornaram esta área americana, multilíngüe de origem, ainda mais complexa lingüisticamente.

É numerosa e bem conhecida a bibliografia que tem tratado da, assim designada, **língua portuguesa no Brasil**. Em geral focaliza o português, sua transplantação, difusão e implantação no espaço americano, tomando apenas como contraponto as línguas que aqui se usaram, e delas muitas ainda se usam, e outras línguas para cá também transplantadas ao longo dos séculos XVI a XX, denominados os seus falantes de **aloglotas**, isto é, falantes não nativos do português.

Rosa Virgínia Mattos e Silva é Professora de História da Língua na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Português antigo, publicou, entre outros trabalhos, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico* (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988) e *O Português arcaico* (Salvador/Bahia, Contexto, 1991).

Nessa perspectiva, apesar de toda a contribuição que dessa orientação se possa reunir — lembrem-se Serafim da Silva Neto (1950 e 1960), Sílvio Elia (1940/1961 e 1979), G. Chaves de Melo (1972) — dilui-se na tentativa de compreender e explicitar a diferenciação do **português no Brasil**, em relação ao **português da Europa**, a complexidade dos diversos contextos sócio-históricos de interação lingüística em solo brasileiro que resultou no **português do Brasil**, **português brasileiro**, heterogeneidade de suas variantes regionais e sociais, também de suas normas socialmente consentidas, além da norma idealizada por filólogos e gramáticos, coercitivamente veiculada pelas instituições, sobretudo as escolares.

Perseguiu-se o **português no Brasil** como se fora uma realidade homogeneizável, mesmo reconhecendo-se a variação regional e social, idealizado como dotado de notável, espantosa unidade que, tirante «algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo» (Neto, 1960: 295), acrescento eu, algumas peculiaridades fonéticas, identificava-se ao português da Europa. Na base de tal ideal, está uma ideologia que busca «enobrecer» e «desmisticizar» o português brasileiro, o que fica muito explícito na formulação de S. da Silva Neto, por tudo que fez digno de todo meu respeito, apesar da discordância:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela. (Neto, 1960: 21).

Muitas histórias têm de ser reconstruídas para que se venha a ter uma história do diversificado **português brasileiro** inexoravelmente nascido do encontro da «linguagem adulterada de negros e índios» e da «koiné» portuguesa, além de outras línguas aqui chegadas que, necessariamente, por razões sócio-históricas e lingüísticas se entrecruzaram e entrecruzam com o ideal redutor e generalizado formulado por S. da Silva Neto.

Embora muito se tenha debatido sobre a formação do português brasileiro, sobretudo na primeira metade deste século, e, na sua segunda metade, muita contribuição específica tenha sido elaborada sobre aspectos de diversas variantes brasileiras, tanto nas descrições e interpretações da Dialectologia diatópica e da Sociolingüística diastrática, mais recentemente também nas interpretações gerativistas, ainda está por ser elaborada uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, lingüísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar os processos sócio-históricos e lingüísticos que interagiram na constituição do português que usamos. Tal intento, talvez utópico, já poderia ser implementado neste fim de século e alguns

caminhos foram abertos recentemente por Antônio Houaiss (1985), Alberto Mussa (1991), Fernando Tarallo (1991), além de outros, de cujos trabalhos me valerei neste artigo, também pelo **Programa para a história da língua portuguesa** (PROHPOR), recentemente iniciado no Departamento de Letras Vernáculas e no Mestrado em Letras da UFBA.

Aqui procurarei apenas traçar, em pauta sintética, alguns dos trajetos de encontros/desencontros lingüísticos no Brasil. Terei como fio condutor a interação das línguas em contacto. Nessa interação secular, complexa e diversificada, o português, vindo da Europa, será um denominador comum, já que lançados ao mar os dados (as velas) da História, veio a ser a língua portuguesa, e não outra, como poderia ter sido, a língua da sociedade dominante, que moldou o Brasil maisevidente. Tornou-se majoritária e oficial neste país multilíngüe e multidialetal, mesmo que esse multilingüismo/dialetalismo fique escamoteado na sua legislação máxima — embora a última Constituição demonstre um avanço político e lingüístico, já que o português passa a ser rotulado de língua oficial e não mais nacional; mesmo que fique dissimulado nas práticas sociais institucionalizadas, sobretudo e ainda as escolares. Torna-se, contudo, esse multilingüismo/dialetalismo evidente para quem quiser ver a realidade plurifacetada que recobre os muitos quilômetros de extensão do Brasil e, conseqüentemente, para quem quiser ouvir as vozes de seus 150 milhões de habitantes, sem discriminação.

Procurarei ainda neste texto, de forma sintética também, apresentar orientações de estudos que vêm retratando a heterogeneidade sincrônica do português brasileiro, fonte essencial porque, vendo-se o presente, se pode presumir entrever o passado.

2. Do multilingüismo generalizado para o multilingüismo localizado: a emergência de uma língua nacional

2.1 O que não imaginaram os descobridores: a trajetória dizimada indígena

O escrivão da frota de Cabral na sua *Carta* não poderia supor o que depois se cumpriu no correr do tempo. Explica Pero Vaz de Caminha ao rei porque ficariam em terra dois degredados, além dos dois grumetes que fugiram da frota que seguiria para as Índias:

Mjlhor e mujto mjlhor enformaçom da terra daram dous homees destes degredados que aaqy leixassem do que eles dariam seos leuassem por seer jente que njnguem entende nem eles tam cedo aprederiam a falar perao sabere tam bem dizer que mujto mjlhor ho estoutros nom digam quando ca vossa alteza mandar (...)
(Pereira, 1964: fl. 6, ls. 24-31).

Esses quatro primeiros semeadores do português no Brasil aqui ficaram antes para aprenderem «a sua fala» (fol. 11, ls. 26-30), a dos índios, e assim convertê-los e não para ensinar-lhes português; quanto à terra, não seria ela mais que «pousada pera esta navegaçom de Calecut» (fol. 13v, ls. 22-27).

O seguir da História foi outro e com aqueles quatro que ficaram se inicia a trajetória dizimada dos índios brasileiros e de suas línguas, percurso etnocida e glotocida conhecido, conduzido primeiro pelos colonizadores portugueses e prosseguido pelas chamadas frentes pioneiras que hoje alcançam os limites últimos da Amazônia brasileira. Apesar desses quinhentos anos de destruição ininterrupta sobrevivem cerca de 180 línguas indígenas e cerca de 220 000 índios — seriam o dobro as línguas do século XVI (Rodrigues, 1986: 19) ou, muito mais, cerca de 1500, como admite verosímil A. Houaiss (1985: 100) — o que impede dizer (mas é o que se teima em afirmar!) que o Brasil é unilíngüe.

O processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII teve de utilizar, como instrumento fundamental para a dominação, línguas indígenas brasileiras. Embora homogeneizadora a atividade catequética — construiu um «tupi jesuítico» — a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para a hegemonia do português no Brasil juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios não só no litoral brasileiro, mas nas entradas paulistas; pelo nordeste teria sido uma língua geral cariri (Houaiss, 1985: 49-50) e na Amazônia a língua geral de base tupinambá é o antepassado do **nheengatu**, que persiste hoje em área de complexo multilíngüismo no rio Negro, língua brasileira, fruto vivo da morte de outras línguas.

A par desses percursos parcialmente conhecidos e reconstruíveis, muitas e diversificadas histórias de contacto lingüístico entre línguas indígenas e outras línguas poderão ser recuperadas. Dois exemplos do presente, opostos na sua história, apenas para entrever o que terá ocorrido e continua a ocorrer por esses brasis, aos poucos, cada vez mais conhecidos.

O caso xinguano é exemplar, no bom sentido, talvez único no Brasil indígena: ali, no Mato Grosso do norte, sobrevivem em região de refúgio, o Parque Nacional do Xingu, quinze grupos indígenas, com suas línguas de origem e, como língua franca, de intercomunicação entre as tribos, aflora o português xinguano, numa das variantes do português brasileiro. Nessa área, configura-se um *continuum* lingüístico que, dos padrões lingüísticos nativos (54,8% da população), passa-se à comunicação fatorizada do português de contacto (30,5%, à fala pidginizada (8,9%) e chega-se à fala em processo de despigginização (5,7%) (Emmerich, 1991: 70), mantendo todos, contudo, e para minha alegria, as suas línguas de berço. Essa situação exemplar deveu-se a uma política de contacto controlado, em que o processo de encontro entre índios e brancos,

iniciado intermitentemente em 1884 e a partir de 1946 em contacto permanente, impediu não só a morte dos indivíduos, como também a manutenção da sua cultura e das suas múltiplas línguas.

Exemplo de situação oposta é a da área multilíngüe do Tocantins, sudeste do Pará, onde convivem índios do tronco lingüístico jê (gaviões e xikrin) e seis grupos do tronco lingüístico tupi. Pelo quadro seguinte (cf. Quadro 1), em que estão seqüenciados os grupos indígenas da língua tupi, a partir da maior antigüidade quanto ao contacto com a sociedade dominante, pode-se ver a perda progressiva das línguas indígenas e o avanço inexorável da língua portuguesa, a depender do tempo e do tipo de contacto. Em outro trabalho (Silva, 1987) detalhei mais esse percurso, o que me permite dizer que muito provavelmente cada grupo indígena em contacto tem a sua própria história e vários fatores interagem para a perda ou a manutenção de suas línguas, o que acontece hoje, analogamente deve ter ocorrido no passado.

Quadro 1 – Situação do contacto lingüístico de alguns povos tupi do Tocantins (Dados depreendidos de Ricardo, 1985)

Povo	Início do contacto	Situação linguística
AMANAYÉ	Séc. XVIII	- não se sabe se ainda falam a língua materna - falam português
TI-MBÉ-TURUWAYA	Séc. XVIII	- apenas os homens mais velhos sabem a língua materna - falam português
ANAMBÉ	meados do Séc. XIX	- homens de mais de 40 anos ainda falam a língua materna, de 20 a 30 ainda a entendem - falam português
ASSURINI	início do séc. XX	- homens de 30 a 40 anos ainda falam a língua materna, muitos jovens e crianças só falam português (N.B.: até 1962 o grupo Assurini do Pacajá era monolíngüe)
SURUÍ	década de 20	- todos falam sua língua - 80% dos h., 60% das m., todos adolescentes e crianças falam português
PARAKANÁ	1971	- fundamentalmente monolíngües - jovens do sexo masc. Já falam português

Trazer aqui esses exemplos tem apenas o objetivo de que para a história lingüística do Brasil e da difusão e implantação da língua portuguesa no Brasil se faz necessário conhecer como se passa o processo de contacto sócio-histórico e lingüístico entre línguas indígenas e língua portuguesa. Há fontes históricas, impressas e não-impressas, do passado e sincrônicas que permitem essa reconstrução. Além disso, o estudo das línguas indígenas vivas e do português falado pelos diversos grupos indígenas permitirá melhor conhecer o português brasileiro próprio a essas áreas e levantar hipóteses mais consistentes sobre o que poderia ter ocorrido no passado. Foi isso que modestamente busquei, com ajuda de colegas, nos estudos sobre o português kamayurá, um dos grupos do Parque do Xingu (Silva *et alli*, 1988).

2.2 O que planejaram os colonizadores: a trajetória dilacerada africana

Em 1538 se inicia o tráfico de africanos para o Brasil. Passadas cinco décadas, em 1587, Gabriel Soares de Sousa na sua *Notícia do Brasil* ou *Tratado descritivo do Brasil* nos deixa um *flash* do que seria a sociedade multiétnica e plurilíngüe de Salvador — então os «pretos de Guiné» seriam o duplo dos portugueses e os índios o triplo — ao mostrar como ali se poderiam enfrentar prováveis inimigos:

Assim, pode ser socorrida por mar e por terra, de muita gente portuguesa até quantia de dois mil homens, de entre os quais podem sair dez mil escravos de peleja, convén a saber quatro mil pretos de Guiné e seis mil índios da terra (...) (Sousa, 1989: 86).

O conhecido censo de Anchieta para o Brasil de 1583, contemporâneo, portanto, de Gabriel Soares de Sousa, fornece informação semelhante sobre a pluralidade brasileira de seu tempo. Distinguindo Bahia, Pernambuco, S. Vicente, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Itamaracá, indica a existência de 24 750 brancos, 14 100 negros, 18 500 índios (aldeados) (Mussa, 1991: 149). Informações históricas desse tipo são preciosas para a reconstituição histórica do passado lingüístico do Brasil — e fontes como essa precisam ser sistematicamente exploradas—já que não se pode negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes.

Recentemente, A. Mussa (1991), em excepcional dissertação de Mestrado, defendida na UFRJ, recompõe, a partir das fontes disponíveis, a diacronia populacional do Brasil do século XVI ao XIX, como um dos fundamentos para discutir e analisar o papel das línguas africanas na história do português do Brasil (cf. Tabela 1). Também reconstitui a distribuição por século do que seria a

população de falantes das diversas línguas africanas que chegaram ao Brasil (cf. Tabela 2). Os números não dizem tudo, mas acendem algumas luzes. É óbvio que aqui não posso explicitar a minuciosa análise do autor, a quem remeto. Apenas quero notar a crescente presença de negros brasileiros em relação aos africanos, dos mulatos, a partir do século XVII, também dos brancos brasileiros e o decréscimo de portugueses, africanos e índios.

Quanto às línguas africanas, retomo as palavras do autor:

(...) o percentual de falantes **bantu** foi sempre superior, e quase sempre maciçamente, em todo o período do tráfico. Isso nos possibilita entender de forma bastante clara porque são precisamente os itens lexicais de origem **bantu** os que se registram com mais anterioridade, com maior grau de integração morfológica e em maior número de campos semânticos no português do Brasil ... a posição relativamente proeminente do grupo **benwe-kwa** (não **bantu**) nos últimos séculos também implica o grande número de itens lexicais emprestados por essas línguas, embora não integrados e particularmente restritos aos campos semânticos ligados à atividade ritual. (Mussa, 1991: 146).

Um dos pontos que parece consensual quanto à dívida do português brasileiro às línguas africanas é o que está explicitado nessa citação. O que recobriria esse encontro de falantes, e de seus descendentes, de línguas tão diversas, nenhuma idealização teórica pode alçar-se a querer ser intérprete fiel da realidade passada; sem dúvida ocorreram «diversas situações sociolingüísticas e variados graus de contacto», como diz Yeda Castro (1980: 13) e demonstra na sua tese de doutoramento (1976) sobre a integração dos empréstimos africanos.

Alguns consensos existem também quando se afirma que impossível seria ter sido mais praticada **uma** língua africana no Brasil, porque, como bem expressa A. Houaiss:

(...) pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e lingüisticamente. (Houaiss, 1985: 77-78)

TABELA 1 – Fonte: Mussa, 1991: 163

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
européus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

TABELA 2 – Fonte: Mussa, 1991: 145

	XVI	XVII	XVIII	XIX
Oeste-atlântico	20%	7%	1%	3%
mande	20%	7%	1%	3%
kru	14%	5%	1%	3%
gur	1%	3%	8%	9%
benue-Kwa (não bantu)	7%	10%	20%	24%
bantu	35%	65%	64%	50%
outros (adamawa-ubanguiano; dogon; não nígercongo)	3%	3%	5%	8%

Situação diversa só parece ter ocorrido já no século XIX, quando a importação se massificou «a tal ponto que não houve seleção negativa, não só na origem também na destinação nessa altura já consideravelmente urbana — Salvador em particular — ou das periferias urbanas do país» (*Ibid.*: 78).

Não é portanto sem razão que desde os inícios deste século os especialistas polemizam em torno da questão crucial: as características que tipificam a fonética e a sintaxe brasileiras — quanto ao léxico que nos legaram essas línguas, não há como negar — serão decorrentes de «influências africanas» ou de «evolução natural?» Polêmica que se desencadeou a partir dos trabalhos pioneiros sobre o tema de Renato Mendonça e Jacques Raimundo, ambos de 1993, e que continua a dividir sociolinguistas de nossos dias, tanto estrangeiros como brasileiros.

O que para mim fica evidente apenas é que há ainda muita pesquisa a ser feita não só em documentação remanescente em arquivos do Brasil, mas sobretudo trabalho de campo em comunidades predominantemente negras por esses interiores brasileiros. Nisso estão empenhados alguns pesquisadores, sobretudo antropólogos, mas também linguistas, brasileiros e estrangeiros, com pesquisas de campo, pelo menos em Goiás, Mato Grosso, Maranhão, sul e oeste da Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

Se é difícil demonstrar que o português brasileiro genericamente considerado, ou com base em amostras pouco significativas para esse fim, está em processo de descrioulização, não será impossível encontrar comunidades rurais isoladas que apresentem variantes do português que possam ter tido uma história em que as línguas africanas tenham desempenhado papel essencial. A ponta do

iceberg aflorou para os lingüistas, na década de sessenta, no estudo da povoação de Helvécia, no sul da Bahia (Ferreira, 1984), quando se pesquisavam pontos para o *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi *et alii*, 1965).

Enquanto os índios ou foram dizimados ou fugiram para as margens geográficas do país, e vêm aflorando, quando menos se espera, como está ocorrendo em alguns pontos do nordeste, muitos negros, dilacerados à partida e em seguida, acantonaram-se, quando puderam, também em locais de refúgio, ou para sobreviverem ou para tentar vencer seus opressores: os quilombos vencidos, restaram, certamente, em múltiplos pontos do Brasil grupos que se defenderam sob a proteção natural (e sobrenatural) e que aos poucos se revelam. A grande maioria, contudo, integrou-se, nas cidades e nos campos, à sociedade multiétnica brasileira em formação. Hoje, nas grandes cidades brasileiras, a questão negra está na ordem do dia. Não podemos ignorá-la. Na minha grande cidade, Salvador, a população negra e mulata já beira os 90%: respiramos, transpiramos, sofremos e nos alegramos na e com a afro-Bahia.

Há muitas histórias por reconstruir sobre essas faces do Brasil — indígena e negra — que apenas delineei e, conseqüentemente, sobre as variantes do português brasileiro que aí se veicularam e se veiculam.

2.3 A emergência de uma língua nacional: trajetória convergente

A partir da segunda metade do século XVIII, uma série de fatores de história externa conduzem à definição do Brasil como país majoritariamente de língua nem indígena nem africana. O multilingüismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho o português brasileiro.

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política lingüística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. O Marquês define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil.

Em rápido olhar à Tabela 1, sobre a demografia diacrônica do Brasil, ressalta, a partir do século XVIII, e vale frisar, o descenso dos africanos, incrementa-se o descenso indígena, também o de portugueses, tomando, entre-

tanto, direção inversa o crescimento dos mulatos e dos brancos brasileiros. A miscigenação e a presença não maciça de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de uma «língua geral brasileira», que não seria africana, pelas razões afluídas anteriormente, mas sim continuadora do português, já que o terceiro actante nesse drama, os índios, os que não morreram, ou já estavam integrados ou acoitados nos confins protegidos. Certamente, então, sobretudo nas concentrações urbanas que já existiam, o embate se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. Por outro lado, a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas em convívio com o português resultou em perfis diferenciados se se considerar o conjunto brasileiro. Pode-se então dizer, como A. Houaiss, que o «português brasileiro nasce com diversidade» (1985: 91) e, digo eu, vive e convive com ela, tanto regional como social.

Aos fatores apontados, acresçam-se outros que marcam todo o século passado:

Uns favoreceram a diversificação regional, como é o caso da chegada dos imigrantes, vindos de vários pontos e com várias línguas, localizando-se sobretudo do sudeste para o sul, também imigrantes portugueses, não mais colonizadores, que se espalham pelo Brasil ou se localizam em determinadas áreas, como os açorianos que se concentrarão no litoral catarinense.

Outros fatores favoreceram a implementação de um ideal lingüístico homogeneizador, tendente para o português europeu. Em rápida enumeração, não se pode deixar de destacar a presença da corte portuguesa no Rio (a partir de 1808) e dos muitos portugueses que com ela abandonaram Portugal e a independência subsequente que teve a boa intenção de tornar o ensino universal e obrigatório, já na primeira Constituição brasileira, a de 1823, que, se até hoje não se alcançou, pelo menos então apontou para uma tentativa política de literatar e culturalizar o país. Se se comparam os letrados brasileiros dos séculos XVI aos inícios do século XIX, que não ultrapassariam 0,1% cresceram no último século e já alcançavam 20 ou 30% em 1920 (Houaiss, 1985: 137). A presença, mesmo que rarefeita, da escola e de um, embora fraco e localizável, desenvolvimento cultural letrado, fez, certamente, entrar em cena (ou cenário?) um elemento novo que é a norma lingüística explicitada e coercitiva, que provavelmente até então só atingia, se é que atingia, sobrepondo-se às normas sociais consensuais dos diversos grupos, uma minoria inexpressiva. O policiamento gramatical, consequentemente, passou a ser parte das preocupações da chamada elite brasileira, o que persiste, radical, até hoje e entrou como fator sociolingüístico significativo na história do português brasileiro, sobretudo urbano.

É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos

ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços característicos do português brasileiro língua nacional.

No contexto desse quadro histórico esboçado, parece-me correto Alberto Mussa, na dissertação já referida. A partir da análise de dezesseis processos fonético-fonológicos do português brasileiro, confrontados com os mesmos fatos nas línguas africanas que aqui chegaram e no português europeu, desenvolve o raciocínio de que há uma consistência no português brasileiro que, entre as possibilidades de escolha disponíveis na diversidade provável de então, seleciona o menos marcado, lingüisticamente, isto é, o estruturalmente mais simples e o socialmente menos estigmatizado. Por exemplo:

1. o PE do século XVI mantinha ainda a palatal arcaica [t̃s]; as línguas africanas chegadas ao Brasil possuíam [t̃s] e [s̃]; o PB escolhe [s̃], portanto a articulação mais simples;
2. no PE [s] não passa a ∅ em sílaba final átona; as línguas africanas em causa não têm sílabas travadas; no PB a queda do [s] é estigmatizada, sobretudo se implica em problemas de concordância.

No conjunto dos dados estudados por Mussa, esse tipo de escolha não veio a favorecer estritamente nem ao português europeu nem ao português africanizado. Não há, portanto, uma «vitória do português europeu», por sua superioridade cultural, como muitos já defenderam, nem tampouco há uma «vitória» da influência africana, como também defenderam outros. Não desconhece, nem descarta A. Mussa, como não poderia deixar de ser, que a língua do estrato dominante tem um efeito modelador, mas isso, contudo, não foi suficiente para dar feição «europeizada» ao português brasileiro.

A propósito do «efeito modelador», cito, para terminar este tópico, uma reflexão de meu mestre Nelson Rossi, em artigo de 1980:

É sabido que o normal nas relações de dominação é a coincidência entre a ideologia do dominador e a do dominado, porque o processo de dominação elabora, para legitimar-se, uma ideologia sem a qual não teria como sustentar-se e não deixa, enquanto vige, alternativa ao dominado, que, até construir a sua própria, só dispõe da que lhe é imposta, como (por sinal falacioso) instrumento da chamada «ascensão social». (Rossi, 1980: 37).

3. O português brasileiro: em busca de seu conhecimento

Nos meados deste século, Serafim da Silva Neto desfraldou o que ficou conhecido, entre lingüistas e filólogos, estudiosos do português, como «cruzada dialetológica» para o conhecimento efetivo da realidade lingüística brasileira.

Passadas quatro décadas, não posso deixar de afirmar que essa cruzada lingüística vem ininterruptamente vencendo o «infiel», ou seja, o desconhecimento da língua que usamos na sua diversidade de normas sociais e de normas letradas ou cultas, também na sua estrutura interna ou gramatical, dados esses deste tempo histórico, fundamentais para a compreensão da constituição do português brasileiro ao longo de sua história.

Serafim da Silva Neto se voltava, explicitamente, para o que era a forma de abordar a realidade lingüística na Lingüística de então. Planejou o Atlas Lingüístico do Brasil, que não foi realizado, mas continua no horizonte de alguns, embora poucos, dialetólogos. No entanto, apesar das dificuldades materiais e também do percurso dos estudos lingüísticos posteriores no exterior e por via de consequência no Brasil, entre o plano de S. da Silva Neto e hoje já se dispõe do APFB (1963), do ALMG (1972), do ALP (1985) e do ALS (1987) e outros estão em elaboração. Alguma coisa já se pode dizer, com precisão, sobre a diversidade diatópica do português brasileiro. Alguns, embora raros, trabalhos de síntese já estão publicados. Lembro, por exemplo, o artigo de Suzana Cardoso de 1986, em que, a partir dos dados do APFB e do ALMG, busca confirmar e consegue o traçado da linha isoglósica que delimita a fronteira sudeste, em direção ao centro, do predomínio das pretônicas médias abertas no português brasileiro. Em trabalho mais recente (1992), a mesma dialetóloga, com base nos dados do APFB, ALMG, ALS e ALP, delimita a área dialetal das chamadas «africadas baianas» ([,ot̚s̚u], [bi̚s̚, kot̚s̚u]), traço regional localizado, cujos limites, a partir dos dados disponíveis, podem ser assim traçados:

a africana palatal surda, registrada nos casos do decurso *it* no padrão geral da língua, tem um percurso definido entre o norte de Minas Gerais, passando pela Bahia e atingindo Sergipe. (Cardoso, 1992: 2).

Duas décadas depois de iniciados os estudos de campo da Dialectologia diatópica, lingüistas brasileiros iniciaram o projeto coordenado de estudo das normas urbanas cultas brasileiras (NURC). Sobre a documentação gravada, muitos trabalhos têm sido feitos e já em curso, com publicações também, o projeto da **gramática do português falado**, coordenado por Ataliba Castilho (1990, 1991).

Em recente comunicação à ABRALIN, Dinah Callou (1992) associou aos dados de caráter sociolingüístico do NURC o método da geolingüística. A partir dos indicadores: pretônicas abertas; -r implosivo articulado como fricativa posterior; nome próprio precedido de artigo; padrão intonacional descendente nas construções de tópico, reuniu dados intercomparáveis e quantificados que permitem indicar a realização dominante em cada uma das cinco cidades

documentadas (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Diz a autora:

Com base nos aspectos referidos anteriormente pretende-se demonstrar que não há coincidência de áreas, não há uma distinção homogênea dos fenômenos pelas áreas e ainda que, do ponto de vista sincrônico, não existem evidências inequívocas que expliquem a ocorrência das variantes. (Callou, 1992: 4).

A síntese dos seus dados está representada na Tabela 3:

TABELA 3

	1 pretônicas abertas	2 - r fricativa posterior	3 art.+NP	4 padrão descendente
RE	—	97%	18%	25%
SSA	60%	99%	21%	31%
RJ	5%	94%	49%	3%
SP	—	1%	71%	18%
POA	0%	4%	63%	0%

Desses dados, anote-se, primeiro, que para 1 não há análise ainda para Recife e São Paulo, mas é marcante a diferença que opõe Salvador ao Rio e sobretudo a Porto Alegre. Confrontando os outros se percebe o que afirma a autora na citação acima. Pode-se, contudo, observar que, de um modo geral, para 2, 3 e 4 Recife e Salvador se opõem a São Paulo e Porto Alegre; por outro lado o Rio em 2 se reúne a Recife e Salvador, mas em 3 e 4 está mais de acordo com as capitais do sul.

A exploração sistemática do que o Projeto NURC pode fornecer em função de uma definição das ditas normas cultas do Brasil será de extrema significação para o conhecimento efetivo de variantes diatópicas dos estratos letrados do Brasil e será também certamente um instrumental indispensável para o embasamento do ensino gramatical na escola brasileira, que convive ou com a irre realidade da idealização gramatical tradicional, ou, sem rumo, os professores que não têm uma formação adequada — o que é o mais geral por razões sócio-políticas conhecidas — não têm suporte para rever pela base o ensino do português brasileiro, língua materna da grande maioria dos estudantes.

O avanço dos estudos sociolinguísticos no Brasil nesses últimos vinte anos tem sido fundamental para que se comece a entrever e explicitar com mais exatidão um aspecto da heterogeneidade linguística do Brasil, a sua complexa

variação diastrática que é o resultado de múltiplas formas de interação social e conseqüentemente lingüística do Brasil. Áreas brasileiras são privilegiadas por essa vertente de estudos da língua em uso: a mais antiga é sem dúvida o Rio de Janeiro, graças à presença de um grande grupo de sociolingüistas iniciados por A. Naro. Tais estudos têm se multiplicado em outros centros universitários, sobressaindo-se Campinas, as universidades do extremo sul, mais recentemente Brasília, que tem se concentrado em um aspecto fundamental da interação lingüística no Brasil, ou seja, a relação periferia das grandes cidades com o seu centro. No seu conjunto, a Sociolingüística brasileira já forneceu muitíssimos elementos para o conhecimento do português brasileiro, pelo menos em alguns pontos do Brasil e em alguns aspectos de sua estrutura.

Rapidamente tomo aqui como exemplo a questão da concordância verbo-nominal e nominal, traço que marca o português brasileiro em relação ao europeu e que envolve problemas de variação sincrônica e de mudança diacrônica. É esse um ponto que tem ocupado estudiosos do português desde, pelo menos, o fim do século passado.

Recente artigo de A. Naro e M. Scherre (1991), pesquisadores dos que têm mais trabalhado sobre o assunto, no quadro da metodologia laboviana, evidencia a complexidade do problema em causa, que a simplicidade de sua formulação corrente freqüentemente recobre: informa-se que há variantes populares, sobretudo rurais, mas também urbanas sem escolarização, que se apresentam sem concordância. Seriam exemplos de áreas preteritamente «crioulizadas» e que a escolarização reintroduziria a regra de concordância no português brasileiro, «descrioulizando-o».

A citação seguinte dos autores referidos, ao concluir o seu trabalho, baseado em dados do MOBRAL-Rio e do Censo Sociolingüístico do Rio de Janeiro, demonstra, em grupo social bem definido, o que os autores denominam de fluxo e contrafluxo da comunidade de fala carioca:

A comunidade de fala pode estar caminhando em diversas direções, no sentido de que alguns grupos de falantes podem estar num processo de aquisição da forma [o caso em foco é a aquisição da regra de concordância] enquanto outros estão, ao mesmo tempo, perdendo a forma. Alguns grupos podem estar ainda estáveis, mostrando padrões típicos de variação estável de tal forma que para eles não há, portanto, processo de mudança em curso. (Naro; Scherre, 1991: 9).

e concluem, para completar a complexidade do problema, pelo menos, considero, na rede social dos centros urbanos brasileiros:

Para algumas pessoas o mercado de trabalho pode ter efeito [na aquisição da regra de concordância], enquanto o sistema escolar pode influenciar outros. Finalmente, podemos reafirmar que os fluxos e contrafluxos só parecem emergir em agrupamentos de indivíduos de forma não convencional. (*Ibid.* p.15).

Querem com isso dizer, portanto, que a metodologia sociolinguística convencional deve abrir-se a outras variáveis para dar conta, adequadamente, dessa questão.

Mais recentemente, a convergência da Sociolinguística e da teoria sintática chomskyana paramétrica tem aberto para novas interpretações o português brasileiro. Um conjunto de fatos sintáticos interrelacionáveis podem ser compreendidos como indicadores de uma mudança paramétrica do português brasileiro em relação ao europeu e não apenas de variação sintática. Sem dúvida esse caminho de análise da sintaxe, também aberto pela Sociolinguística brasileira, sobretudo pelo grupo de Campinas, graças a F. Tarallo, permite ver com mais clareza a sintaxe brasileira.

O artigo de F. Tarallo de 1991 — «Turning different at the turn of the century: 19th century brazilian portuguese», retomado em interpretação gerativa por Charlotte Galves (1992) — apresenta e desenvolve a questão: estariam interligadas, no tempo — e demonstra Tarallo com dados quantificados do século XVIII aos nossos dias — as mudanças seguintes (preferi traduzir de Tarallo a mal resumi-lo):

a) o rearranjo do sistema pronominal que abre caminho para os objetos nulos e para a maior ocorrência de sujeitos lexicais no sistema brasileiro; b) a mudança sintática sofrida pelas estratégias de relativização como consequência direta da mudança no sistema pronominal; c) a reorganização dos padrões de ordem básica das palavras para uma, e diretamente conectada com a emergente ordem estrita SVO; d) finalmente, relacionadas às anteriores, o padrão de ordem nas perguntas diretas. (Tarallo, 1991: 1-2).

Esse conjunto de «mudanças sintáticas maiores» se define, nos textos analisados, marcadamente na passagem do século XIX para XX, o que certamente aponta para sua maior antiguidade na língua falada e, nas palavras de Tarallo, que aqui também traduzi, para finalizar:

Os casos sintáticos apresentados devem ser considerados como evidência quantitativa de que o português brasileiro estava se tornando diferente na virada do século. Fica claro, a partir do quadro traçado neste artigo, que um novo sistema gramatical, que se chame de gramática brasileira ou dialeto do português com sua própria configuração, desde que isso é estritamente falando uma questão ideológica, emergiu no século XIX, estabelecendo novo padrão bastante diferente e oposto ao português europeu. (*Ibid.*, p. 20).

Torna-se muito interessante conjugar os fatos de história externa discutidos em 2.3 sobre a emergência de uma «língua nacional» e os dados intra-linguísticos analisados por Tarallo e seus orientandos, no período compreendido entre

a 2ª metade do século XVIII e a actualidade. É, como sabemos, na conjugação de fatores sócio-históricos e intra-lingüísticos que se pode reconstruir o percurso histórico de uma língua. Essa vertente da sociolingüística histórica conjugada à sintaxe paramétrica diacrônica aponta, sem dúvida, para novos conhecimentos sobre o português brasileiro.

Associando as observações e explicitações realizadas — e por realizar — sobre o português brasileiro contemporâneo ao estudo das informações que fontes históricas de vários tipos possam informar sobre os vários aspectos da diversidade lingüística brasileira do passado e do presente, poderemos coletivamente sonhar e construir no futuro (espero que próximo) uma história, externa e interna, do português brasileiro.

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, M. S. *et alii* (1985) — *Atlas Lingüístico do Paraíba*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CNPq.
- CALLOU, D. (1992) — «Variação diatópica na fala culta». (Comunicação à Reunião da ABRALIN), São Paulo, 7 p. mimeo.
- CARDOSO, S. (1986) — «Tinha Nascentes razão?» (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil) in *Estudos: lingüísticos e literários*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, vol. 5, pp. 49-60.
- CARDOSO, S. (1992) — «No caminho de áreas dialetais brasileiras: [t̃s] no decurso it» (Comunicação à Reunião da ABRALIN), São Paulo: 9 p. mimeo.
- CASTILHO, A. (org.) (1990) — *Gramática do português falado*, São Paulo, FAPESP/UNICAMP.
- CASTILHO, A. (1991) «Projeto de gramática do português falado» in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 5/6, pp. 169-179.
- CASTRO, Y. P. (1976) — *De l'intégration des apports africains dans les parleurs de Bahia au Brésil*, Zaire, Universidade Nacional do Zaire (Tese de doutoramento).
- CASTRO, Y. P. (1980) — *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*, Salvador, UFBA/Centro de Estudos Baianos.
- ELIA, S. (1961) — *O problema da língua brasileira*, Rio de Janeiro, INL.
- EMMERICH, C. (1991) — «O português de contacto no Parque Indígena do Xingu», in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 5/6, pp. 53-71.

- FERREIRA, C. (1984) «Remanescentes de um falar crioulo brasileiro», in *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 5 (Nova Série).
- FERREIRA, C. *et alii* (1987) — *Atlas Lingüístico de Sergipe*, Salvador, Fundação Cultural do Estado de Sergipe/UFBA.
- GALVES, C. (1992) — «O nascimento do português brasileiro» (Comunicação à Reunião da ABRALIN), São Paulo, 15 p. mimeo.
- HOUAISS, A. (1985) — *O português do Brasil*, Rio de Janeiro, Unibrade-Centro de Cultura.
- MUSSA, A. B. N. (1991) — *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ, (Dissertação de Mestrado).
- MELO, G. C. (1972) — *A língua do Brasil*, Rio de Janeiro, FGV.
- NARO, A.; SCHERRE, M. (1991) — «Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala», in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, São Paulo, UNICAMP, vol. 20, pp. 9-16.
- NETO, S. Silva (1960) — *A língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Acadêmica.
- NETO, S. Silva (1986) — *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, INL.
- PEREIRA, S. B. (1964) — *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, INL.
- RICARDO, C. A. (coord.) (1985) — *Povos indígenas no Brasil*, São Paulo, CEDI, v. 8.1 (Tocantins).
- RODRIGUES, A. (1986) — *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola.
- ROSSI, N. *et alii* (1965) — *Atlas Prévio dos falares baianos*, Rio de Janeiro, INL.
- ROSSI, N. (1980) — «A realidade lingüística brasileira», in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 22, pp. 35-44.
- SILVA, R. V. Mattos e (1987) — «Língua portuguesa: novas fronteiras, velhos problemas», in *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 8 (Nova Série), pp. 5-21.
- SILVA, R. V. Mattos e *et alii* (1988) — *Sete estudos sobre o português kamayurá*, Salvador, CED-UFBA.
- SOUSA, G. S. (1989) — *Notícia do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa.
- TARALLO, F. (1991) — «Turning different at the turn of the century: 19th century brazilian portuguese», in: GUY, G.; BAUGH, J.; SCHIFFIN, D. (eds.) — *Festschrift to William Labov* (no prelo).
- ZAGARI, R. (1977) — *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*, Juiz de Fora, Fundação Casa de Rui Barbosa/UFJF.